

## A Culpabilidade e a Perspectiva Ontológica de Liberdade

Oswaldo Henrique DUEK MARQUES\*

• **SUMÁRIO:** Introdução. 1 A visão de liberdade: do classicismo à nova defesa social. 2 A liberdade diante da teoria normativa da culpabilidade. 3 A perspectiva ontológica da liberdade. Conclusão. Referências bibliográficas.

• **RESUMO:** Afastada a responsabilidade de cunho objetivo, permanece a dificuldade de conciliar a culpabilidade, no âmbito do direito penal, com a idéia de liberdade. A exigibilidade de conduta diversa, enquanto elemento da culpabilidade, restringe-se a situações previstas em lei ou análogas a estas. A consciência do distanciamento da perspectiva ontológica de liberdade por parte da psicologia e a utilizada no âmbito penal contribui para a humanização do direito penal.

• **PALAVRAS-CHAVE:** Liberdade. Determinismo. Culpabilidade. Exigibilidade.

### Introdução

No passado, dentre os povos de cultura primitiva, a responsabilidade era objetiva, baseada exclusivamente na relação de causa e efeito, sem interesse no psiquismo do indivíduo ou na sua liberdade de querer e de agir. Não existia noção de responsabilidade individual, edificada sobre a culpabilidade do infrator.

Na atualidade, com a almejada racionalização do sistema penal e com a fundamentação dos ordenamentos jurídicos na dignidade da pessoa humana, não se pode aceitar a responsabilidade de cunho objetivo. Além da conduta típica e antijurídica, é necessária a presença da culpabilidade, que, na visão de Zaffaroni e Pierangeli (2007, p. 522), "somente pode ser edificada sobre a base antropológica da autodeterminação como capacidade do homem".

Todavia, no âmbito penal, a dificuldade de conciliar a culpabilidade – *fundamentada na capacidade de agir de forma diversa no caso concreto* – com o dilema metafísico entre liberdade e determinismo humanos permanece, como se verá no presente estudo.

### 1 A visão de liberdade: do classicismo à nova defesa social

Para o classicismo penal, o delito é oriundo da vontade livre do autor e não de fatores biológicos, físicos e sociais. É o reconhecimento do livre-arbítrio, considerado abstratamente o fundamento das penas impostas. Dessa ótica, Francesco Carrara (1957, v. 1, p. 11), um dos expoentes do classicismo penal, conceitua o delito como ente jurídico, pela violação de um direito, decorrente da vontade livre e inteligente do delinquente.

A corrente clássica, consolidada a partir do Iluminismo no século XVIII, considera que o indivíduo, não sendo portador de moléstia mental, possui *a priori* ampla liberdade em seus comportamentos, com total independência de fatores externos e internos. Como explica Joe Tennyson Velo (1998, p. 164),

[...] a mentalidade iluminista era toda apoiada na capacidade racional do homem controlar, dirigir, planejar e conseguir o que deseja no momento que melhor lhe convém. Criou-se a crença de que a consciência era poderosíssima, capaz de vencer qualquer outro tipo de poder, desde o político até o natural.

Já para a Escola Positiva, o crime apresenta-se como manifestação necessária do determinismo universal dos fenômenos naturais. De acordo com Cesare Lombroso (1983, p. 501), considerado o fundador do positivismo criminológico,

[...] o delito, tanto pela estatística como pelo exame antropológico, parece um fenômeno

\*Procurador de Justiça em São Paulo. Livre-docente em Direito Penal e Professor titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



natural; se quisermos usar o linguajar dos filósofos – um fenômeno necessário, como o nascimento, a morte, a concepção, as doenças mentais, o qual é freqüentemente uma triste variante.

O delinqüente, dado seu comportamento atávico, não consegue organizar-se a ponto de evitar o cometimento de crimes. Por esse motivo, o castigo, baseado na culpa, segundo a concepção clássica, torna-se ineficaz pela ausência de livre-arbítrio.

Dos debates entre o classicismo e o positivismo, surgiram as correntes ecléticas, destacando-se, no final do século XIX, a dos integrantes da União Internacional de Direito Penal, fundada em 1889. Essa corrente aparta-se do positivismo, ao sustentar o poder de intimidação das penas como garantia da ordem jurídica, porquanto tal intimidação só poderia surtir os efeitos desejados diante de indivíduos capazes de autodeterminação.

Na lição de Franz von Liszt (1899, p. 122-123), um dos fundadores dessa associação de penalistas,

[...] a condição da culpa criminal, como responsabilidade pelo resultado que de fato se produz, é apenas a capacidade de determinar a vontade (capacidade, sem dúvida, própria a todo homem maduro e são de espírito), por meio de idéias e representações oriundas da religião, da moral, do direito e do senso prático que regulam toda a nossa conduta.

Para Liszt (ibidem, p. 124), enquanto a capacidade de determinação do homem não puder ser contestada, a responsabilidade pelo resultado, consubstanciada na culpa, terá uma base sólida e a pena ficará subtraída do conflito de opiniões.

Outro fundador da União Internacional de Direito Penal, Adolphe Prins, a quem coube formular uma doutrina autônoma de defesa social, propõe inclusive o afastamento da discussão filosófica entre livre-arbítrio e determinismo, por considerar ambos indemonstráveis. No seu entender, ressaltados os casos de doença mental, existe por parte do homem uma liberdade relativa de escolha entre vários motivos, determinada pela necessidade decorrente de aspectos biológicos e sociais vinculados à época do fato (PRINS, s.d., p. 162). Para Adolphe Prins, o direito de

punir supõe a presença de um homem normal do ponto de vista mental e físico. A culpabilidade só ocorre diante da prática de um ato voluntário, o que implica a presença de normalidade psíquica.

Não compete, contudo, ao juízo repressivo resolver o dilema metafísico sobre a liberdade humana, nem adentrar a discussão entre livre-arbítrio e determinismo, pois sua missão exclusiva é a de defesa social, segundo a periculosidade do agente (ibidem, p. 166-167). Sua doutrina afasta-se de indagações axiológicas da liberdade, na aferição da culpabilidade, ao propor medidas de defesa voltadas exclusivamente para a sociedade, ante indivíduos considerados perigosos, o que se aproxima, nesse aspecto, do positivismo.

Uma nova concepção de defesa social, surgida após a Segunda Grande Guerra, denominada *Nova Defesa Social* e liderada por Marc Ancel, iria finalmente afastar-se do determinismo, ao postular o livre-arbítrio como fundamento da imputabilidade, visualizando no delinqüente uma responsabilidade de cunho moral, consubstanciada na noção do dever de respeito à coletividade. Na visão de Marc Ancel (1979, p. 342),

[...] o ser-indivíduo não se sente o único responsável. Por isso mesmo, de fato ele considera os outros como também responsáveis; e esse sentimento coletivo de responsabilidade, esse direito de exigir de cada um conta de suas ações, assim como a obrigação de prestar contas, aceita ou imposta, mas de qualquer forma palpável, são diretamente relacionadas com essa realidade psicossocial que é o sentimento de responsabilidade.

Esse sentimento coletivo conduz à responsabilidade individual de conteúdo moral, decorrente do convívio em sociedade.

Embora a *Nova Defesa Social* pretenda distanciar-se do positivismo e do classicismo, por não situar o agente em um quadro preestabelecido de liberdade ou de determinação absoluta, considera o indivíduo, de forma abstrata, inserido em uma responsabilidade de cunho moral, baseada no compromisso que todos os integrantes da sociedade têm quanto ao seu modo de agir. Isso de certa forma também conduz ao livre-arbítrio como base para a culpabilidade, pois só podem prestar contas de suas ações, perante o meio social, aqueles

indivíduos capazes de atuar de outro modo nas situações fáticas concretas. Assim, a *Nova Defesa Social*, ao considerar *a priori* uma responsabilidade de cunho moral, afasta-se também da discussão acerca da liberdade do ponto de vista ontológico.

## 2 A liberdade diante da teoria normativa da culpabilidade

Para a teoria psicológica da culpabilidade, o dolo e a culpa compreendiam a totalidade da culpabilidade, conquanto se admitisse a imputabilidade como pressuposto de culpa jurídico-penal (TOLEDO, 2000, p. 220).

Em 1907, Reinhard Frank introduziu nessa teoria um elemento normativo – a reprovabilidade do ato praticado no tocante ao seu autor –, dando origem à teoria psicológico-normativa da culpabilidade. De acordo com Frank (2004, p. 40-41), para que se possa fazer um juízo de reprovação sobre o comportamento de alguém, torna necessária a imputabilidade, a relação psíquica do autor com o fato (dolo ou culpa) e normalidade das circunstâncias sobre as quais ele atua. A culpabilidade dependeria da *normalidade das condições concomitantes*,<sup>1</sup> modificada posteriormente por Frank para *possibilidade de normal motivação da vontade do agente*, chegando finalmente à fórmula de *liberdade ou domínio do fato, segundo a situação total do agente no caso concreto* (BRUNO, 1967, t. 2, p. 98-99).

Entretanto, como comenta Aníbal Bruno (ibidem, p. 100), deve-se a Freudenthal “a idéia de que na culpabilidade a reprovabilidade resulta de que o agente procedeu assim, quando devia e podia proceder de outra maneira, baseando o juízo da culpabilidade na exigibilidade de um comportamento conforme ao Direito”. Assim, além da imputabilidade e do nexos psicológico normativo, acrescentou-se a exigibilidade como elemento da culpabilidade, nas circunstâncias de um comportamento conforme ao direito (TOLEDO, 2000, p. 223).

<sup>1</sup> Assim: “no cabe la reprochabilidad cuando las circunstancias concomitantes hayan sido un peligro para el autor o para una tercera persona y la acción prohibida ejecutada los podría salvar” (ibidem, p. 41).

A partir da década de 30 do século XX, pela construção finalista de Hans Welzel, o dolo e a culpa passaram a localizar-se no tipo. A culpabilidade limitou-se à pura reprovabilidade, permanecendo com os elementos da imputabilidade, da potencial consciência da ilicitude e da exigibilidade de conduta diversa.

A evitabilidade do fato por parte do agente, como pressuposto da culpabilidade, traria, em princípio, a discussão acerca do livre-arbítrio, principalmente no tocante à exigibilidade de outra conduta; no entanto, alguns doutrinadores sustentam que o direito penal pode prescindir da investigação de uma liberdade *ampla*, aceitando a liberdade *relativa* e inerente a todos os homens dotados de normalidade psíquica.

A esse respeito, Jescheck (apud AMARAL, 2003, p. 204) sustenta que o direito penal pode prescindir do óbice da impossibilidade de demonstrar a liberdade de querer. Considera suficiente à culpabilidade que os indivíduos se deixem determinar pelas normas que assegurem a convivência e a evolução da espécie, consubstanciadas na experiência geral da possibilidade de autodeterminação.

Consoante Figueiredo Dias (1995, p. 33-34), a indagação do livre-arbítrio, analisada psicologicamente, continua sem resposta, pois considera impossível a verificação individual de poder atuar de modo diverso na situação fática concreta. Por isso, no seu entender, a fundamentação da culpa jurídico-penal *de não poder atuar de forma diversa* seria inaceitável do ponto de vista político-criminal, pois a inexigibilidade teria de ser investigada da ótica da valoração individual e não na da valoração da ordem jurídica. Deixaria o direito penal de desempenhar sua função social de proteção subsidiária de bens jurídicos (FIGUEIREDO DIAS, 2007, t. I, p. 603).

Por considerar indemonstrável a liberdade de agir de outro modo no caso concreto, Figueiredo Dias defende uma liberdade de cunho existencial, no sentido de ser característica irrenunciável do ser humano. Segundo o autor, “a essência do homem não reside em algo de substancial, que lhe seja assinalado previamente por uma sua natureza, antes é algo que ele tem de cumprir concretamente no mundo e que só pode cumprir agindo, realizando-se no seu concreto existir”



(FIGUEIREDO DIAS, 1995, p. 139). É nesse contexto que se deve procurar a liberdade existencial – decorrente da responsabilidade pelo existir. A culpa existencial residirá “na falta de cumprimento das exigências do ‘dever-ser’ que ao existir são postas como condição da sua própria existência” (ibidem, p. 158).

Essa responsabilidade de cunho existencial encontra amparo no pensamento filosófico de Jean Paul Sartre (1997, p. 68), para quem

[...] a liberdade humana precede a essência do homem e torna-a possível: a essência do ser humano acha-se em suspenso na liberdade. Logo, aquilo que chamamos liberdade não pode se diferenciar do *ser* da “realidade humana”. O homem não é *primeiro* para ser livre *depois*: não há diferença entre o ser do homem e seu “*ser-livre*”.

Como explica Franklin Leopoldo e Silva (2004, p. 138), ao analisar o pensamento de Sartre,

[...] o motivo, que está tanto depois quanto antes do ato, por constituir-se pelo ato, não anula a liberdade enquanto origem absoluta do ato. É nesse sentido que sou minhas ações e sou também os motivos pelos quais as pratico. Sou, e não posso deixar de ser, a minha própria liberdade: “não somos livres para deixar de ser livres”.

Segundo Paola Gentile Jacobelis (2003, p. 79),

[...] na filosofia sartriana não é necessário que algo seja objeto de reflexão para que seja próprio da consciência, pois há uma consciência irrefletida que é condição mesma dessa reflexão e que, portanto, também escolhe seus fins e age em função deles. Dessa forma, o próprio ato de perseguir os fins de maneira apaixonada ou deliberada será uma *escolha* da consciência, uma escolha de nossa liberdade originária”.

Dessa ótica, no âmbito da culpabilidade penal, considerada *a priori* a capacidade de autodeterminação do indivíduo, diante da generalidade das pessoas dotadas de normalidade psíquica, o *poder agir de outro modo* deixa de ser valorado indivi-

dualmente diante de cada caso concreto, passando a ter uma valoração do prisma da ordem jurídica, ou seja, uma valoração puramente normativa. Como exemplos dessa assertiva, pela legislação penal vigente, a embriaguez voluntária ou culposa, a emoção e a paixão não excluem a imputabilidade (art. 28, incisos I e II, do Código Penal).

Por esse motivo, diante da impossibilidade de valorizar-se a liberdade individual, em cada caso concreto, a não-exigibilidade de conduta diversa, como elemento da culpabilidade, tem seu campo de atuação restrito a situações legais ou a fatos análogos aos previstos na legislação como excludentes de culpabilidade.

Nesse sentido, Aníbal Bruno (1967, t. 2, p. 103) comenta que os casos mais claros de não-exigibilidade de outra conduta já se encontram previstos nas legislações. Por isso, só em situações excepcionais deve esse princípio ser aplicado, sob pena de enfraquecer o sistema penal. Em sentido semelhante, Damásio de Jesus (2003, v. 1, p. 483-484) sustenta:

Por mais providente que seja o legislador, não pode prever todos os casos em que a inexigibilidade de outra conduta deve excluir a culpabilidade. Assim, é possível a existência de um fato, não previsto pelo legislador como causa de exclusão da culpabilidade, que apresente todos os requisitos do princípio da não-exigibilidade de comportamento ilícito. Em face de um caso concreto, seria condenar-se o sujeito unicamente porque o fato não foi previsto pelo legislador? Se a conduta não é culpável, por não ser exigível outra, a punição seria injusta, pois não há pena sem culpa.

Já Zaffaroni e Pierangeli (2007, p. 566) manifestam-se pela desnecessidade de buscar-se uma causa excludente autônoma de inexigibilidade de conduta diversa na legislação penal brasileira atual, sob pena de prejudicar a sistemática da culpabilidade.

Mesmo para os que admitem a inexigibilidade de conduta diversa, como causa excludente autônoma de culpabilidade, a configuração dessa causa restringe-se apenas a fatos ou a circunstâncias de caráter exógeno e não a motivos endógenos, relacionados ao psiquismo do agente. Isso porque, como concluído nesta parte do estudo, o direito penal adota uma perspectiva de liberdade normativa.

### 3 A perspectiva ontológica da liberdade

A perspectiva ontológica da liberdade humana aproxima-se da idéia de liberdade fornecida pela Psicologia, afastando-se da perspectiva puramente normativa de liberdade no âmbito do Direito Penal, como se constata pelas obras de alguns estudiosos no campo da Psicologia, embora essas obras façam referência a situações genéricas da vida humana.

Segundo Erich Fromm (1967, p. 140), os argumentos em favor do livre-arbítrio deixam dúvidas diante da experiência quotidiana. Fromm indaga se um indivíduo crescido em ambiente de pobreza, material e espiritual, desprovido de amor ou de preocupação com outras pessoas, além de ter o corpo condicionado por anos à bebida, sem possibilidades de modificar suas condições, poderia ter liberdade de escolhas. No seu entender, “a liberdade nada mais é do que a capacidade para seguir a voz da razão, da saúde, do bem estar, da consciência, contra as vozes das paixões irracionais” (ibidem, p. 146). Dessa ótica, somente indivíduos capazes de se tornarem conscientes das suas paixões serão capazes de atingir a liberdade.

Em sua obra *Psicopatologia na Vida Quotidiana*, Sigmund Freud (s.d, v. VI, p. 289-290) assim se manifesta acerca da liberdade psíquica:

É sabido que grande número de pessoas alega, contra a afirmação de um absoluto determinismo psíquico, sua intensa convicção da existência de uma vontade livre. Essa convicção sentimental não é incompatível com a crença no determinismo. Como todos os sentimentos normais, deve ter alguma justificação. Mas, pelo que pude observar, não se manifesta nas decisões grandes e importantes, em que antes temos a sensação de uma coação psíquica, com a qual nos desculpamos. (“É-me impossível fazer outra coisa”). Em compensação, nas resoluções triviais e indiferentes, sentimo-nos seguros de ter podido agir de um modo ou de outro, isto é, de ter agido com a vontade livre, não motivada. Depois de nossas análises, não se faz mister discutir o direito ao sentimento de convicção quanto à existência do livre arbítrio. Se distinguimos a motivação consciente, da motivação inconsciente, esse sentimento de convicção nos indicará que a motivação

consciente não se estende a todas as decisões motoras. *De mínima no curat praetor*. Mas o que por este lado fica livre, recebe sua motivação pelo outro, pelo inconsciente, e deste modo se consegue, sem solução de continuidade, a determinação no reino psíquico.

A liberdade, no entanto, poderia ser conquistada por meio da psicanálise, com a conscientização dos impulsos inconscientes.

No mesmo sentido, o pensamento de Rollo May (2004, p. 134):

Liberdade é a capacidade do homem de contribuir para sua própria evolução. É a aptidão para nos amoldarmos. Liberdade é o outro aspecto da autoconsciência: se não tivermos consciência de nós mesmos, seremos impelidos pelos instintos, ou pela marcha automática da história [...] A autoconsciência dá-nos a aptidão para nos afastarmos da rígida cadeia de estímulos e reações, fazer uma pausa e assim avaliar, decidir qual será a nossa resposta [...] Que autoconsciência e liberdade andam a par fica patente no fato de quanto menos conhecimento de si mesmo tem a pessoa, menos livre ela é.

Assim, tanto na visão de Rollo May, como na de Freud, somente indivíduos com autoconsciência desenvolvida seriam capazes de não serem impelidos por forças inconscientes.

Sobre o assunto, Carl Jung (1998, v. VIII, p. 138-139) chama a atenção para a possibilidade de atitudes em que se desencadeia no indivíduo um processo inconsciente, sem o concurso e sem motivação racional. Por esse motivo, conclui que o comportamento é influenciado por instintos em graus mais elevados do que normalmente admitidos.

Para Jung (apud HUMBERT, 1985, v. 25, p. 106),

[...] a psique real e verdadeira é o inconsciente, enquanto o consciente só pode ser considerado como um fenômeno temporário [...] As causas e as metas ultrapassam o consciente de um modo que não se deve subestimar, e isto implica que suas naturezas e suas ações sejam irreversíveis e inalteráveis enquanto



não sejam objetos de consciência. Só podem ser corrigidos pela perspicácia consciente de determinação moral; é por isso que o autoconhecimento, tão necessário é também tão temido.<sup>2</sup>

Pelo exame desses estudiosos no campo da Psicologia, conclui-se que vários comportamentos podem estar desvinculados da liberdade de escolha consciente, que é imprescindível para reconhecer o sentido ontológico e amplo de liberdade.

Do ponto de vista psicológico, não se pode afirmar, a priori, que a generalidade das pessoas possua efetiva liberdade de escolhas conscientes, ao contrário do sentido de liberdade estabelecido pelo ordenamento jurídico-penal, que acolhe uma liberdade relativa, abstrata, inerente a todos os indivíduos dotados de normalidade psíquica, que não se encontrem em certas condições biológicas ou fáticas estabelecidas em lei.

### Conclusão

Como concluiu Figueiredo Dias, diante da impossibilidade de aferição psicológica do livre-arbítrio, não seria aceitável a fundamentação da culpa jurídico-penal na capacidade de atuar de forma diversa do ponto de vista político-criminal, sob pena de comprometer a função social do Direito Penal, de proteção subsidiária de bens jurídicos.

O Direito Penal, então, alicerça-se em uma perspectiva de liberdade não-ontológica, inserida em conceito puramente normativo, no qual o indivíduo é considerado *a priori* dotado de liberdade de autodeterminação, e, portanto, culpável, ao praticar um fato típico e antijurídico, quando presentes certas condições biológicas, psíquicas ou fáticas previstas em lei como requisitos da culpabilidade.

Esse conceito normativo de liberdade, contudo, afasta-se do conceito ontológico de liberdade no campo da Psicologia, porquanto, como examina-

do, inúmeros comportamentos tidos como racionais podem estar desvinculados da liberdade de escolha consciente, embora essa aferição não se afigure possível no campo normativo, em cada situação fática concreta.

Em seu sentido ontológico, a experiência de liberdade é de precariedade e de desamparo ante o destino, demonstrando a instabilidade constante na existência humana, como conclui Gilberto Safra (ago. 2005), para quem o próprio caminhar "é desequilibrar-se continuamente". O ser humano é afetado por cada passo na sua existência.

A conscientização dessa perspectiva ontológica de liberdade, além de propiciar novos enfoques acerca da culpabilidade, principalmente no tocante à exigibilidade de conduta diversa, poderá certamente contribuir para a humanização cada vez maior do Direito Penal, sem que com isso sejam enfraquecidas suas almejadas funções preventivas e socializadoras.

MARQUES, O. Duek. Culpability and the ontological overview of freedom. *Rev. Justitia (São Paulo)*, v. 197, p. 65-71, jul./dez. 2007.

• **ABSTRACT:** Apart from the responsibility of an objective character, it remains the difficulty in conciliating the culpability, in the realm of criminal law, and the notion of freedom. The exigibility of diverse conduct, as an element of culpability, is restricted to situations predicted in law or analogue to these. The conscience of the distantiation of the ontological perspective of freedom on behalf of psychology and the one used in the criminal scope contributes to the humanization of the criminal law.

• **KEYWORDS:** Freedom. Determinism. Culpability. Exigibility.

### Referências bibliográficas

AMARAL, Claudio do Prado. *Princípios penais: da legalidade à culpabilidade*. São Paulo: IBCCRIM, 2003.  
 ANCEL, Marc. *A nova defesa social*. Tradução de Osvaldo Melo. Rio de Janeiro: Forense, 1979.  
 BRUNO, Aníbal. *Direito Penal* – parte geral. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967. Tomo 2.

CARRARA, Francesco. *Programa do curso de Direito Criminal* – parte geral. Tradução de José Luiz V. de A. Franceschini e J. R. Prestes Barra. São Paulo: Saraiva, 1957. v. 1, p. 11.

FIGUEIREDO DIAS, Jorge de. *Liberdade-culpa* – Direito Penal. 3. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1995.

\_\_\_\_\_. *Direito Penal* – parte geral. 1. ed. Brasileira; 2. ed. portuguesa. São Paulo: Revista dos Tribunais e Coimbra Editora, 2007. Tomo I.

FRANK, Reinhard. *Sobre la estructura del concepto de culpabilidad*. Trad. por Gustavo Eduardo Aboso y Tea Löw. Buenos Aires: Euros, 2004.

FREUD, Sigmund. Psicopatologia na vida quotidiana. In: *Obras Completas de Sigmund Freud*. Tradução de Elias Davidovich. Rio de Janeiro: Delta [s.d.], v. VI.

FROMM, Erich. *O coração do homem: seu gênio para o bem e para o mal*. 2. ed. Tradução de Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

JACOBELIS, Paola Gentile. Temporalidade e liberdade ou da compreensão da realidade humana em o ser e o nada. In: SOUZA ALVES, Igor et al (Orgs.). *O drama da existência: estudos sobre o pensamento de Sartre*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2003.

JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal* – parte geral. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v 1.

JUNG, Carl G. A Dinâmica do Inconsciente. Cap. V – Fatores Determinantes do Comportamento Humano). In: *Obras Completas de C. G. Jung*. Tradução de Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha. Petrópolis: Vozes, v. VIII. 1998.

LEOPOLDO E SILVA, Franklin. *Ética e literatura em Sartre: ensaios introdutórios*. São Paulo: UNESP, 2004.

LISZT, Franz von. *Tratado de Direito Penal Alemão*. Tradução de José Hygino Duarte Pereira. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Editores, 1899.

LOMBROSO, Cesare. *O homem criminoso*. Tradução de Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rio, 1983.

MAY, Rollo. *O Homem à procura de si mesmo*. 3. ed. Tradução de Áurea Brito Weissenberg. Petrópolis: Vozes, 2004.

PRINS, Adolphe. *Science Pénale et Droit Positif*. Bruxelles: Bruylant-Christophe / [s.d.].

SAFRA, Gilberto. *Perspectivas ontológicas da condição humana*. Aulas ministradas na Pós-Graduação em Psicologia Clínica da USP, em 19 e 26 ago. 2005, gravada em vídeo (DVD) (da série A visão Clínica de Gilberto Safra). São Paulo: Edições Sobornost, 2005.

SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Tradução de Paulo Perdigão. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TOLEDO, Francisco de Assis. *Princípios básicos de Direito Penal*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

VELO, Joe Tennyson. *Criminologia Analítica: conceitos de psicologia analítica para uma hipótese etiológica em criminologia*. São Paulo: IBCCRIM, 1998.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro* – parte geral. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

<sup>2</sup> No mesmo sentido, a lição de Marie-Louise von Franz (1991, p. 57): "Antes que tenhamos tempo de pensar, a observação desastrosa foi feita, a trama foi urdida, a decisão errada foi tomada, e nos defrontamos com resultados que jamais havíamos pretendido ou desejado conscientemente".